

ALDO SCHMITZ

APOSTILA  
DIGITAL

CONCURSO  
***BNDES***

*Banco Nacional de Desenvolvimento  
Econômico e Social*

Conhecimentos transversais

combook.

© 2024 COMBOOK

## Todos os direitos reservados

É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, bem a sua comercialização sem autorização ou repasse a outrem, de acordo com o artigo 184 do Código Penal, ou seja, “violar direitos de autor e os que lhe são conexos: pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa”.

*Redação e edição*  
Aldo Schmitz

**combook**  
EDITORA DA COMUNICAÇÃO

Rua Luiz Elias Daux, 1140 – Ingleses—88058-512 Florianópolis, SC  
(48) 99164-2497 – contato@iscom.com.br

Combook é uma editora do Instituto Superior de Comunicação (ISCOM)  
CNPJ 74.176520/0001-96

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
<b>1 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>8</b>
1.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	9
1.1.1 Planejamento das finanças.....	10
1.1.2 Gestão pública.....	12
1.2 PAPEL DAS INSTITUIÇÕES.....	14
1.3 NOÇÕES SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS.....	14
1.3.1 Ciclo orçamentário.....	14
1.3.2 Controles interno e externo.....	15
1.4 NOÇÕES BÁSICAS E ESTÁGIOS DO CICLO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA POLÍTICA PÚBLICA.....	16
1.4.1 Importância do monitoramento e da avaliação da efetividade das políticas públicas.....	17
1.4.2 Modelos de análise de políticas públicas.....	19
1.5 FORMAS DE ATUAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA.....	20
1.5.1 Programas sociais e de garantia da renda.....	21
1.5.2 Incentivos tributários, subsídios e taxaço.....	21
1.6 PAPEL DAS COMPRAS PÚBLICAS NO ADENSAMENTO PRODUTIVO E TECNOLÓGICO.....	22
1.7 POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA VERDES.....	23
<b>2. PAPEL DO BNDES NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....</b>	<b>25</b>
2.1 HISTÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL.....	25
2.1.1 O papel do BNDES no desenvolvimento do País.....	26
2.1.2 O papel histórico do BNDES nos diferentes planos econômicos.....	27
2.1.3 A questão regional do País.....	29
2.2 O BNDES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS.....	30
2.2.1 Novo PAC.....	31
2.2.2 Nova Indústria Brasil.....	32
2.2.3 Plano de Transformação Ecológica como elementos de neointustrialização e descarbonização da economia.....	33

2.3 O PAPEL DOS BANCOS DE FOMENTO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	34
2.3.1 Modelos de atuação direto e indireto.....	35
2.4 FORMAS DE ATUAÇÃO DO BNDES.....	36
2.4.1 Estruturação e financiamento de projetos de infraestrutura.....	37
2.4.2 Financiamento à exportação.....	37
2.4.3 Financiamento às micro, pequenas e médias empresas.....	38
2.4.4 Atuação via mercado de capitais.....	39
2.4.5 Financiamento à indústria.....	39
<b>3. CLIMA, SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA.....</b>	<b>41</b>
3.1. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....	41
3.2 POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE.....	42
3.2.1 Licenciamento ambiental.....	43
3.2.2 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.....	44
3.2.3 Lei sobre a Proteção da Vegetação Nativa.....	45
3.3 CLIMA E SUSTENTABILIDADE.....	46
3.3.1 Mudanças climáticas.....	47
3.3.2 Riscos físicos e de transição.....	48
3.3.3 Mitigação e adaptação.....	48
3.3.4 Transição ecológica justa.....	49
3.3.5 Política Nacional sobre Mudança do Clima.....	50
3.3.5 Contribuição Nacionalmente Determinada.....	51
3.3.6. Perfil de emissões de gases do efeito estufa do Brasil.....	52
3.4 DESENVOLVIMENTO E FINANÇAS SUSTENTÁVEIS.....	52
3.4.1 Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular.....	54
3.4.2. Bioeconomia.....	55
3.4.3. Biodiversidade e soluções baseadas na natureza.....	55
3.5 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	56
3.6 OPORTUNIDADES E RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS NO SISTEMA FINANCEIRO.....	58
3.6.1 Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática das instituições financeiras.....	59
3.6.2 Resoluções CMN nº 4557/2017 e nº 4945/2021.....	59
3.6.3 Divulgação de informações socioambientais e climáticas das instituições financeiras.....	60

3.6.4 Finanças sustentáveis e aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) de investimentos.....	61
--	----

#### **4. PRINCÍPIOS DE ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES..... 62**

4.1. OS DADOS E AS ORGANIZAÇÕES.....	62
4.1.1 Tipos de dados.....	63
4.1.2 Dados estruturados e não estruturados.....	64
4.1.3 Dados quantitativos e qualitativos.....	65
4.1.4 Tipos de produtos de dados.....	66
4.1.5 Princípios de organizações orientadas a dados.....	68
4.1.6 Governança de dados e seus benefícios.....	69
4.2. ETAPAS DO CICLO DE ANÁLISE DE DADOS (CRISP-DM).....	70
4.2.1 Fundamentos para criação de métricas de negócio (KPIs).....	71
4.2.2 Técnicas de identificação de causa raiz.....	72
4.3. ESTRUTURAS LÓGICAS E NOÇÕES BÁSICAS DE LÓGICA.....	73
4.3.1 Conectivos.....	73
4.3.2 Tautologia.....	74
4.3.3 Contradições.....	75
4.3.4 Contingência.....	76
4.3.5 Implicações.....	77
4.3.6 Equivalências.....	77
4.3.7 Quantificadores.....	79
4.3.8 Afirmações e negações.....	80
4.3.9 Lógica de argumentação.....	80
4.3.10 Lógica proposicional.....	82
4.3.11 Tabelas-verdade.....	83
4.3.12 Leis de De Morgan.....	85
4.4. COLETA E PREPARAÇÃO DOS DADOS.....	86
4.4.1 Problemas comuns em dados.....	87
4.5. ANÁLISE DE DADOS.....	88
4.5.1 Estatística descritiva.....	89
4.5.2 Estatísticas de dispersão.....	90
4.5.3 Estatística de associação.....	91
4.5.4 Correlação e causalidade.....	92
4.5.5 Princípios básicos de inferência estatística.....	93
4.5.6 Noções de amostragem.....	94
4.5.7 Erro amostral.....	95
4.5.8 Noções fundamentais de probabilidade.....	95
4.5.9 Noções de distribuições de probabilidade comuns.....	96

4.5.10	Conceitos básicos de estatística indutiva.....	97
4.6.	INTRODUÇÃO À VISUALIZAÇÃO DE DADOS.....	98
4.6.1	Tipos de gráficos.....	98
4.6.2	Como interpretar os gráficos.....	99
4.6.3	Quando utilizar os gráficos.....	100
4.6.4	Boas práticas para a construção de gráficos.....	101
4.6.5	Princípios de <i>storytelling</i> com dados.....	102
4.7.	USO RESPONSÁVEL DE DADOS.....	103
4.7.1	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.....	103
<b>5.</b>	<b>DIVERSIDADE E INCLUSÃO.....</b>	<b>105</b>
5.1	O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO COMBATE À POBREZA.....	105
5.2	O PAPEL DO BNDES NA REDUÇÃO DE DESIGUALDADES.....	107
5.2.1	Direitos humanos.....	108
5.2.2	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	109
5.3	INTERSECCIONALIDADE E SUAS INTERFACES COM MARCADORES SOCIAIS.....	111
5.3.1	Discriminação racial.....	111
5.3.2	Localização geográfica.....	112
5.3.3	Discriminação de gênero.....	113
5.3.4	Discriminação e exclusão social e digital.....	113
5.4	ÍNDICE DE DIVERSIDADE (B3).....	114
5.4.1	IDiversa B3.....	115
5.5	DESAFIOS SOCIOPOLÍTICOS DA INCLUSÃO DE GRUPOS VULNERABILIZADOS .....	116
5.5.1	Desigualdades etárias.....	116
5.5.2	LGBTI+.....	117
5.5.3	Pessoas com deficiências.....	118
5.5.4	Povos originários.....	119
5.5.5	Comunidades quilombolas.....	120
5.5.6	Demais minorias sociais.....	121
5.6	DESAFIOS TERRITORIAIS.....	122
5.6.1	A questão urbana e regional no Brasil.....	123
	REFERÊNCIAS.....	124
	AUTOR.....	127

## INTRODUÇÃO

Esta apostila foi desenvolvida para abranger todo o conteúdo programático de conhecimentos transversais do Edital nº 01/2024 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A prova objetiva terá 70 questões, sendo 20 de conhecimentos transversais.

A apostila segue exatamente os tópicos do conteúdo programático indicado no edital, incluindo a mesma numeração em capítulos, seções e subseções.

Priorizou-se um texto resumido, claro e direto.

Esta publicação é uma apostila, ou seja, um “resumo de aulas ou palestras publicadas para uso de alunos e que traz o conteúdo teórico do que deve ser estudado para um concurso”, conforme a definição do dicionário Michaelis (2021).

Portanto, apesar de ser abrangente, não aborda com profundidade todos os temas.

Por isso, recomendam-se leituras e estudos complementares.

Meu propósito é ajudar na sua aprovação.

Desejo a você uma boa aprendizagem e sucesso no concurso do BNDES.

*Aldo Schmitz*

# 1 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

Políticas públicas são decisões que resultam em normas ou ações que afetam a sociedade (ou parte dela).

Trata-se de uma construção social, uma vez que são planejadas, implementadas e avaliadas.

Seguem diretrizes para enfrentar um problema público e possuem dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público.

Referem-se à razão para o estabelecimento de políticas públicas no tratamento ou na resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Existem várias tipologias de políticas públicas.

Por exemplo, Theodore Lowi (1979) propõe uma tipologia amplamente reconhecida, na qual a política pública molda o jogo político: políticas regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas.

James Quinn Wilson (1968) adotou um critério baseado na distribuição dos custos e benefícios.

O BNDES atua a partir dessas políticas públicas:

- Econômica: promoção do desenvolvimento econômico, em apoio à indústria, comércio e serviços;
- Social: foco na redução das desigualdades sociais, melhoria da saúde, educação, habitação e segurança social;
- Ambiental: preservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais;
- Infraestrutura: desenvolvimento da infraestrutura do país, como transporte, energia, saneamento e telecomunicações.

O BNDES tem um papel crucial na implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento.

Através de financiamentos, o banco apoia projetos de infraestrutura, inovação, sustentabilidade e inclusão social.

O desenvolvimento econômico refere-se ao crescimento sustentável da economia, aumento da produção e melhoria das condições de vida da



população.

Já o desenvolvimento social envolve a distribuição equitativa dos benefícios do crescimento econômico, redução da pobreza e promoção da justiça social.

Este capítulo aborda os seguintes temas, a partir destes autores: planejamento governamental (Luiz Carlos Bresser-Pereira, 2007), políticas públicas e desenvolvimento econômico e social (Jorge Abrahão de Castro, 2015), gestão pública (Regina Pacheco, 2012), finanças públicas (Fabio Giambiagi e Ana Cláudia Além, 2015), políticas fiscal e monetária verde (Bruno Conti, 2014).

## 1.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O planejamento é um fator preponderante no Ciclo de Políticas Públicas, partindo de uma realidade e não de suposições.

Assim, destaca-se a importância do diagnóstico, realizado com técnicas e métodos de pesquisa.

O planejamento governamental é um processo estratégico que visa orientar as ações do governo para alcançar objetivos de longo prazo no desenvolvimento econômico e social.

Ele é fundamental para a formulação e implementação eficaz das políticas públicas.

Envolve a definição de metas, a alocação de recursos e a coordenação de ações para atender às necessidades da população e promover o desenvolvimento sustentável.

É um processo contínuo que se adapta às mudanças nas condições econômicas, sociais e políticas.

Instrumentos de planejamento governamental:

- Plano Plurianual (PPA): define as prioridades do governo para um período de quatro anos;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro;

- Lei Orçamentária Anual (LOA): detalha as receitas e despesas previstas para o ano, garantindo os recursos necessários para a execução das políticas públicas.

O planejamento governamental é crucial para a eficiência, coordenação, transparência e sustentabilidade.

Etapas do planejamento governamental:

- Diagnóstico: análise da situação atual, identificando problemas, oportunidades e recursos disponíveis;
- Definição de objetivos claros e metas mensuráveis para orientar as ações governamentais;
- Formulação de estratégias: desenho de estratégias e programas para alcançar os objetivos e metas definidos;
- Execução: implementação das ações planejadas, com a alocação de recursos e a mobilização de agentes envolvidos;
- Monitoramento e avaliação: acompanhamento contínuo das ações e avaliação dos resultados, ajustando o planejamento conforme necessário.

Os principais desafios do planejamento governamental:

- Articulação institucional: coordenação entre diferentes órgãos e níveis de governo;
- Capacidade técnica: requer profissionais qualificados para a elaboração e execução dos planos;
- Engajamento social no processo de planejamento.

Os instrumentos, etapas e desafios do planejamento governamental são tratados por José Celso Cardoso Júnior (2021).

### 1.1.1 Planejamento das finanças

Finanças públicas referem-se ao estudo e à gestão dos recursos financeiros do Estado.

Incluem a arrecadação de receitas (tributos, contribuições etc.), a realização de despesas (investimentos, custeio etc.) e a administração da

dívida pública.

Objetivos do planejamento das finanças:

- Sustentabilidade fiscal: garantir que o governo mantenha um equilíbrio entre receitas e despesas a longo prazo;
- Alocação eficiente de recursos: direcionar recursos para setores que promovam o desenvolvimento econômico e social;
- Estabilidade econômica: contribuir para a estabilidade macroeconômica, controlando a inflação e promovendo o crescimento;
- Equidade social: reduzir desigualdades através de políticas redistributivas e investimentos sociais.

Políticas fiscais para o desenvolvimento:

- Política tributária: busca aumentar a arrecadação de forma justa e eficiente, simplificando o sistema tributário e combatendo a sonegação;
- Política de gastos públicos: visa melhorar a qualidade do gasto público, priorizando investimentos em infraestrutura, saúde, educação e programas sociais;
- Política de dívida pública: gerencia a dívida pública para garantir sua sustentabilidade e minimizar os custos de financiamento.

Desafios do planejamento das finanças:

- Pressões por aumento de gastos: necessidade de equilibrar demandas por mais investimentos e serviços públicos com a sustentabilidade fiscal;
- Evasão fiscal: desafios na arrecadação de receitas devido à sonegação e à informalidade econômica;
- Rigidez orçamentária: limitações legais e constitucionais que restringem a flexibilidade na alocação de recursos;
- Ciclos econômicos: impacto das variações econômicas nas receitas e despesas governamentais;
- Teto de gastos: emenda constitucional que limita o crescimento das despesas públicas à inflação do ano anterior;

- Regime de Recuperação Fiscal (RRF): programa que oferece ajuda financeira a estados em crise fiscal, mediante a adoção de medidas de ajuste;
- Fundos constitucionais: instrumentos de financiamento de longo prazo para regiões específicas.

### 1.1.2 Gestão pública

Gestão pública refere-se à administração das atividades governamentais e dos recursos públicos para atender às necessidades da sociedade.

Envolve planejamento, execução, controle e avaliação das políticas e programas governamentais.

Princípios da gestão pública:

- Eficiência: utilização racional dos recursos públicos para maximizar os resultados e minimizar os custos;
- Eficácia: alcance dos objetivos e metas estabelecidas nas políticas públicas;
- Transparência: divulgação clara e acessível das ações governamentais e da utilização dos recursos públicos;
- Participação: envolvimento da sociedade civil no processo de tomada de decisões e na fiscalização das ações governamentais;
- Equidade: garantia de tratamento justo e igualitário a todos os cidadãos, com foco na redução das desigualdades sociais.

Ferramentas de gestão pública:

- Planejamento estratégico: definição de objetivos, metas e ações para orientar a atuação do governo a longo prazo;
- Orçamento público: planejamento e controle das receitas e despesas do governo para garantir a sustentabilidade fiscal;
- Indicadores de desempenho: medidas utilizadas para avaliar a eficiência e eficácia das políticas públicas e programas governamentais;

- Gestão por resultados: foco nos resultados e impactos das ações governamentais, com monitoramento contínuo e avaliação de desempenho;
- Tecnologia da informação: uso de sistemas e ferramentas tecnológicas para melhorar a gestão, a transparência e a prestação de serviços públicos.

A gestão pública enfrenta alguns desafios como:

- Burocracia: processos excessivamente complexos que dificultam a agilidade administrativa;
- Corrupção: práticas ilícitas que desviam recursos públicos e comprometem a integridade da gestão;
- Capacitação: necessidade de qualificação contínua dos servidores públicos;
- Inovação: adaptação às mudanças tecnológicas e sociais para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos.

Para enfrentar estes desafios, a gestão pública pode adotar algumas boas práticas:

- Governo digital: implementação de serviços públicos on-line para facilitar o acesso e aumentar a eficiência;
- Parcerias Público-Privadas (PPP): colaboração entre governo e iniciativa privada para a execução de projetos de interesse público;
- Orçamento participativo: envolvimento da população na definição das prioridades e alocação dos recursos orçamentários;
- Transparência ativa: divulgação proativa de informações sobre a gestão pública e a execução das políticas e programas governamentais;
- A gestão pública eficiente e transparente é essencial para o desenvolvimento econômico e social.

Estes princípios, ferramentas e desafios da gestão pública são tratados por Ana Paula Paes de Paula (2005).

## 1.2 PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

As instituições são estruturas organizadas e regulamentadas que estabelecem normas, regras e procedimentos para o funcionamento da sociedade e do governo.

Elas podem ser formais, como leis e órgãos governamentais, ou informais, como costumes e tradições.

As instituições desempenham um papel fundamental na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, sendo essenciais para o desenvolvimento econômico e social.

Garantem a estabilidade, a continuidade e a eficiência das ações governamentais, promovendo o bem-estar da população e o crescimento sustentável.

## 1.3 NOÇÕES SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS

Conforme José Matias-Pereira (2010), finanças públicas referem-se ao conjunto de políticas e práticas utilizadas pelo governo para arrecadar receitas, realizar despesas e administrar a dívida pública.

Elas envolvem a formulação, execução e controle do orçamento público.

As finanças públicas são um campo da economia que estuda a gestão das receitas e despesas do setor público.

Segundo Fabio Giambiagi e Ana Cláudia Além (2015), elas desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento econômico e social, garantindo a alocação eficiente dos recursos e a estabilidade fiscal.

### 1.3.1 Ciclo orçamentário

O ciclo orçamentário é o processo pelo qual o governo planeja, elabora, executa e controla o orçamento público.

Esse ciclo é essencial para garantir a alocação eficiente dos recursos públicos, a transparência na gestão financeira e o alcance dos objetivos das políticas públicas.

Etapas do ciclo orçamentário:

- Elaboração: planejamento, proposta orçamentária, consulta e participação;
- Aprovação: envio ao Legislativo da proposta orçamentária, discussão e emendas, votação e aprovação;
- Execução: descentralização de recursos, empenho, liquidação e pagamento;
- Controle interno e externo: avaliação dos resultados.

Princípios do ciclo orçamentário:

- Universalidade: inclusão de todas as receitas e despesas do governo, sem omissões;
- Anualidade: elaborado e executado para um período de um ano, coincidindo com o exercício financeiro;
- Unidade: único, consolidando todas as receitas e despesas em um único documento;
- Exclusividade: trata exclusivamente das questões financeiras, sem incluir assuntos estranhos à previsão de receitas e despesas;
- Legalidade: obedecer às leis e regulamentos vigentes, garantindo a conformidade legal dos atos de gestão.

### 1.3.2 Controles interno e externo

O controle interno e externo são mecanismos essenciais para garantir a transparência, a legalidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos durante todo o ciclo orçamentário.

O controle interno é o conjunto de processos e procedimentos estabelecidos dentro dos próprios órgãos e entidades governamentais para monitorar e garantir a conformidade das ações administrativas com as leis, regulamentos e objetivos estabelecidos.

Objetivos do controle interno:

- Assegurar a conformidade para que todas as operações estejam em conformidade com as leis e regulamentos;
- Prevenir e detectar irregularidades;
- Promover a eficiência na utilização dos recursos públicos;
- Proteger os recursos, salvaguardando os ativos públicos contra perdas, fraudes e abusos.

Já o controle externo é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos tribunais de contas, e tem como objetivo fiscalizar a execução orçamentária e financeira do governo, garantindo a legalidade, a legitimidade e a economicidade das ações governamentais.

Propósitos do controle externo:

- Verificar se as ações do governo estão em conformidade com a legislação vigente;
- Garantir a transparência das informações sobre a gestão dos recursos públicos;
- Analisar se os recursos públicos estão sendo utilizados de maneira eficiente e se os objetivos das políticas públicas estão sendo alcançados;
- Proteger o interesse público, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados em benefício da sociedade.

## 1.4 NOÇÕES BÁSICAS E ESTÁGIOS DO CICLO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA POLÍTICA PÚBLICA

O ciclo político-administrativo das políticas públicas é um processo contínuo que envolve várias etapas desde a identificação de problemas até a avaliação dos resultados das políticas implementadas.

Este ciclo é fundamental para a formulação de políticas eficazes e a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Noções básicas do ciclo político-administrativo da política pública:



- Política pública: conjunto de ações e decisões governamentais destinadas a resolver problemas públicos e promover o bem-estar da sociedade;
- Ciclo político-administrativo: sequência de etapas que envolvem a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Estágios do ciclo político-administrativo:

- Identificação de problemas: análise de contexto, coleta de dados e participação social;
- Formulação da política: definição de objetivos, análise de impacto e escolha de alternativas;
- Tomada de decisão: aprovação legal e alocação de recursos;
- Implementação da política: planejamento operacional, execução e monitoramento;
- Avaliação: análise de impacto e como a política foi implementada, identificando possíveis falhas e áreas de melhoria, revisão e ajustes;
- Encerramento ou renovação: conclusão, continuação ou reformulação da política.

O ciclo político-administrativo promove a transparência, a *accountability* (prestação de contas de ações e resultados) e permite ajustes e melhorias contínuas nas políticas públicas.

### 1.4.1 Importância do monitoramento e da avaliação da efetividade das políticas públicas

O monitoramento e a avaliação são componentes críticos do ciclo de políticas públicas, essenciais para garantir que as ações governamentais atinjam seus objetivos.

Esses processos fornecem dados e informações que orientam ajustes e melhorias, promovendo uma gestão pública mais transparente e responsável.

O monitoramento é o processo contínuo de acompanhamento da implementação das políticas públicas, verificando se as atividades estão sendo executadas conforme planejado. Ele tem foco no progresso das ações e no cumprimento dos prazos.

A avaliação da efetividade visa determinar a relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade. Ela envolve a comparação dos resultados alcançados com os objetivos estabelecidos.

Importância do monitoramento:

- Acompanhamento contínuo: identificação de desvios e problemas na implementação, correção de falhas e indicação de ajustes;
- Transparência e prestação de contas (*accountability*);
- Informação para tomada de decisões baseadas em evidências: apoio aos gestores públicos na alocação eficiente dos recursos e na priorização de ações.

Importância da avaliação:

- Medida da efetividade: avaliação se os objetivos e metas estabelecidos foram atingidos;
- Eficiência dos recursos públicos: análise da relação entre os recursos investidos e os resultados alcançados;
- Aprimoramento contínuo: identificação das boas práticas e das lições aprendidas;
- Justificação das políticas: fundamentação para a continuidade, modificação ou encerramento de políticas públicas.

O monitoramento e a avaliação no Brasil enfrentam desafios como a capacidade técnica de profissionais qualificados, a disponibilidade de dados e a cultura de resistência à avaliação.

Por isso, as políticas públicas demandam capacitação técnica, tecnologia da informação e participação social efetiva.

## 1.4.2 Modelos de análise de políticas públicas

A análise de políticas públicas utiliza diversas abordagens e modelos para compreender, formular, implementar e avaliar políticas governamentais.

Esses modelos fornecem ferramentas teóricas e práticas para analisar a eficácia, a eficiência e a equidade das políticas públicas.

Principais modelos de análise de políticas públicas:

- Modelo de Ciclo de Políticas Públicas: divide o processo de políticas públicas em várias etapas sequenciais, desde a identificação de problemas até a avaliação e encerramento;
- Modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams*): desenvolvido por John Kingdon (2014), sugere que políticas públicas emergem quando três “fluxos” independentes se encontram: problemas, soluções (políticas) e política (contexto político);
- Modelo de Equilíbrio Pontuado: proposto por Frank Baumgartner e Bryan Jones (2007), argumenta que as políticas públicas são caracterizadas por longos períodos de estabilidade interrompidos por mudanças abruptas;
- Modelo Incrementalista: criado por Charles Lindblom (1979), sugere que as políticas públicas são frequentemente o resultado de mudanças incrementais em vez de reformulações completas;
- Modelo Racional-Compreensivo: propõe que as decisões de políticas devem ser baseadas em uma análise completa e racional de todas as alternativas e consequências;
- Modelo Institucional: foco no papel das instituições governamentais e seu impacto na formulação e implementação de políticas públicas;
- Modelo de Análise Econômica: utiliza princípios econômicos para avaliar a eficiência das políticas públicas, frequentemente usando análises de custo-benefício e custo-efetividade.

Esses modelos permitem uma análise abrangente das políticas públicas, ajudando a entender os processos de tomada de decisão e os impactos das ações governamentais.

## 1.5 FORMAS DE ATUAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

As formas de atuação das políticas públicas são diversificadas, envolvendo diferentes métodos e instrumentos para alcançar seus objetivos.

Principais formas de atuação das políticas públicas:

- Normas e regulamentos: estabelecem regras para orientar comportamentos e práticas em diversas áreas;
- Concessão de benefícios financeiros: incentivos e subsídios para apoiar setores estratégicos;
- Fornecimento direto de serviços: provisão de serviços essenciais à população, como saúde, educação e segurança;
- Transferências de renda: distribuição de recursos financeiros diretamente para indivíduos ou famílias para reduzir desigualdades e combater a pobreza;
- Parcerias público-privadas (PPP): colaboração entre o setor público e o setor privado para a realização de projetos de interesse público;
- Campanhas educativas e de informação: conscientização e informação sobre questões de saúde, segurança, direitos e deveres;
- Planejamento e ordenamento territorial: desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida;
- Fiscalização e controle: garantia do cumprimento das normas e prestação adequada de serviços públicos;
- Investimentos públicos: financiamento de infraestrutura e outros projetos para o desenvolvimento econômico e social;
- Medidas fiscais e tributárias: políticas para influenciar a economia e promover a justiça social.

Essas formas de atuação visam a eficiência, mas são flexíveis quanto às mudanças, aos impactos sociais e à participação social.

### 1.5.1 Programas sociais e de garantia da renda

Os programas sociais e de garantia de renda são políticas públicas essenciais para reduzir a pobreza, promover a inclusão social e assegurar um padrão mínimo de vida para populações vulneráveis.

Esses programas oferecem suporte financeiro direto e outros tipos de assistência para ajudar as famílias a superar dificuldades econômicas e melhorar suas condições de vida.

Um dos principais programas no Brasil é o Bolsa Família, com a transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Benefícios dos programas sociais e de garantia de renda:

- Redução da pobreza e desigualdade: aumentando o poder de compra das famílias beneficiadas e reduzindo a pobreza imediata;
- Melhoria da educação: condicionando o benefício à frequência escolar, promovendo a continuidade dos estudos entre crianças e adolescentes;
- Melhoria da saúde: condicionando o benefício à vacinação e consultas médicas regulares, garantindo acesso à saúde básica;
- Inclusão social e produtiva: ajudando a integrar as populações vulneráveis na sociedade e no mercado de trabalho, promovendo a dignidade e a autonomia.

Programas como o Bolsa Família são fundamentais para promover a equidade e a justiça social, garantindo que todos tenham acesso a um mínimo de bem-estar e oportunidades para um futuro melhor.

### 1.5.2 Incentivos tributários, subsídios e taxaço

A política pública utiliza diversos instrumentos para alcançar objetivos econômicos e sociais.

Entre esses instrumentos, destacam-se:

- Incentivos tributários: benefícios fiscais concedidos pelo governo para estimular atividades econômicas específicas ou beneficiar determinados setores da sociedade;
- Subsídios: transferências financeiras do governo para empresas, setores ou indivíduos para reduzir custos e incentivar determinadas atividades ou comportamentos, como subsídios agrícolas e às energias renováveis;
- Taxação: cobrança de impostos pelo governo sobre indivíduos, empresas e transações econômicas, a exemplo da cobrança progressiva sobre a renda.

O desafio é garantir que os incentivos e os subsídios realmente promovam os investimentos desejados sem causar perdas significativas de arrecadação.

Quanto à taxação o propósito é manter um sistema tributário simples e transparente, no entanto, impostos elevados podem desincentivar investimentos e consumo.

## 1.6 PAPEL DAS COMPRAS PÚBLICAS NO ADENSAMENTO PRODUTIVO E TECNOLÓGICO

As compras públicas representam uma ferramenta poderosa para promover o adensamento produtivo e tecnológico.

Ao direcionar o poder de compra do Estado, é possível estimular a inovação, aumentar a competitividade e fomentar o desenvolvimento de setores estratégicos da economia.

O adensamento produtivo refere-se ao aumento da capacidade de produção e integração de diferentes etapas da cadeia produtiva dentro de um mesmo território ou setor.

E o adensamento tecnológico visa o incremento da capacidade tecnológica, promovendo inovação e competitividade por meio do desenvolvimento de novos produtos e processos.

Os mecanismos das compras públicas que visam promover o adensamento:

- Inovação e desenvolvimento tecnológico: compras governamentais que exigem inovação podem estimular empresas a investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D);
- Fomento à competitividade: preferência por produtos e serviços nacionais nas licitações públicas incentivam o fortalecimento industrial, comercial e de serviços;
- Desenvolvimento de cadeias produtivas: aquisições que exigem padrões de sustentabilidade para levar ao desenvolvimento de cadeias produtivas mais integradas e eficientes;
- Capacitação e qualificação de fornecedores, especialmente pequenas e médias empresas;
- Estímulo ao setor tecnológico por meio de projetos de infraestrutura que envolvem alta tecnologia, incentivando o investimento privado e a transferência de tecnologia;
- Inovação e modernização: compras públicas para potencializar a demanda para tecnologias inovadoras;
- Fortalecimento da indústria nacional;
- Adoção de critérios de sustentabilidade para promover práticas produtivas mais responsáveis e o desenvolvimento de tecnologias verdes.

O desafio está em conciliar a necessidade de adquirir produtos e serviços de qualidade com a responsabilidade fiscal.

Bem como, a utilização de critérios de avaliação que ponderem tanto o preço quanto a qualidade e a inovação.

## 1.7 POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA VERDES

As políticas fiscal e monetária verdes são instrumentos econômicos utilizados para promover o desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia de baixo carbono.

A política fiscal verde refere-se ao uso de instrumentos fiscais, como impostos, subsídios e gastos públicos, para promover práticas ambientais sustentáveis.

Essas políticas visam mitigar os impactos das mudanças climáticas, incentivar a preservação ambiental e fomentar investimentos em tecnologias limpas.

Entre os instrumentos e medidas de políticas fiscais verdes destacam-se a tributação verde (imposto sobre carbono) e impostos ambientais.

Incluem ainda subsídios e incentivos fiscais para a produção e uso de energias renováveis, como solar e eólica.

Enquanto a política monetária verde envolve a adaptação das políticas de instituições financeiras para promover a sustentabilidade ambiental.

Isso inclui a incorporação de critérios ambientais nas operações financeiras e a promoção de investimentos verdes.



## REFERÊNCIAS

- ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fabio. *O BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2020.
- AMARAL, Presley Vasconcellos; CUNHA, Marina Silva. *O papel de programas sociais no combate à pobreza e à desigualdade na distribuição de renda no Brasil*. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 10, n. 3, p. 365-397, 2021.
- AMATO, Luciano. *Diversidade e inclusão: e suas dimensões*. São Paulo: Literare, 2022.
- BATISTA, Eliezer. *BNDES: uma história de desenvolvimento*. São Paulo: Terra das Artes, 2019.
- Baumgartner, Frank; Jones, Bryan. *Punctuated equilibrium theory*. Theories of the Policy Process. Colorado: Westview Press, 2007.
- BNDES. *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*. Disponível em: <bndes.gov.br>. Acesso em 24 jul. 2024.
- BNDES. *Relatório anual 2022*. Disponível em: <shre.ink/DI5V>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BNDES. *Relatório anual 2023*. Disponível em: <shre.ink/D84S>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Construindo o estado republicano: democracia e reforma da gestão pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.
- CÂMARA, Gilberto. *Geoinformação: análise de dados espaciais*. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.
- CANTON FILHO, Fábio Romeu. *Fundamentos de lógica e matemática discreta*. São Paulo: LTC, 2015.
- CARDOSO JÚNIOR, José C. *Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado*. Brasília: Ipea, 2021.
- CARÈ, Rosella; WEBER, Olaf. *Sustainable finance: banks, sustainability, and corporate financial performance*. In: DION, Michel. Sustainable finance and financial crime. London: Springer Cham, 2023, p. 41-61.
- CASTRO, Jorge Abrahão. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e propostas metodológicas*. Brasília: Ipea, 2015.
- CONTI, Bruno. *Políticas fiscal e monetária para uma economia verde*. São Paulo: Saraiva, 2014.

- COSTA, Newton C. *Lógica indutiva e probabilidade*. São Paulo Hucitec, 1979.
- COUTINHO, Luciano. *O papel do BNDES no apoio a micro e pequenas empresas e os requisitos do desenvolvimento futuro*. In: SANTOS, Carlos A. (org.). *Pequenos negócios: desafios e perspectivas e serviços financeiros*. Brasília: Sebrae, 2013, v. 5, p. 81-96.
- GALINDO, José Galindo. *Análise de dados: fundamentos e aplicações*. São Paulo: Novatec, 2018.
- GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- HIRT, Carla. *Estado, capital e território: o lugar e o papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro*. Curitiba: CRV, 2020
- KINGDON, John. *Agendas, alternatives, and public policies*. London: Pearson Educated, 2014.
- LINDBLOM, Charles. *Still muddling, not yet through*. *Public Administration Review*, n. 39, v. 6. 1979, p. 517-526.
- MORETTIN, Pedro Alberto; SINGER, Julio da Motta. *Estatística e ciência de dados*. São Paulo: LTC, 2022.
- LOWI, Theodore J. *Nationalizing government: public policies in America*. New York: Sage, 1979.
- LUDWIG, Celso Luiz. *Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.
- MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2021.
- UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 Agenda for sustainable development*: New York: United Nations, 2023.
- PACHECO, Regina. *Gestão pública no Brasil contemporâneo: novos desafios, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional Internacional*, 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
- ROSA, Luiz Pinguelli; LA ROVERE. *Mudança climática global*. São Paulo: E-Papers, 2008.

- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Garamond, 2019.
- SARDENBERG, Rodrigo. *ESG e sustentabilidade: princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.
- SCARANO, Fabio R. *Biodiversidade e soluções baseadas na natureza*. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.
- SCHOLTENS, Bert. *Finance as a driver of corporate social responsibility*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024.
- SENHORAS, Elói M. *Pacote econômico governamental e o papel do BNDES*. Boletim de Conjuntura, v. 2, p. 27-39, 2020.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*, 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 Agenda for sustainable development*: New York: United Nations, 2023.
- VEIGA, José Eli. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Senac, 2010.
- VIOLA, Eduardo. *Mudança climática e governança global*. São Paulo: Annablume, 2008.
- VOSS, Stephen; RUFFINO, Marco. *Introdução à lógica*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
- WILSON, James Quinn. *City politics and public policy*. New York: Wiley, 1968.

## AUTOR



### **Aldo Schmitz**

Atua como professor conteudista de concursos públicos nas áreas da Administração e Comunicação Social. Tem graduação em Administração, doutorado em Sociologia, mestrado em Jornalismo (ambos pela UFSC) e especialização em Gestão da Comunicação (Univali) e EaD (Senac Rio). É professor do curso de graduação em Administração (UAB-UFSC) e de pós-graduação em Comunicação Organizacional (Unipública, Tuiuti e outras). É autor da apostila *Concurso de Comunicação Social* e dos livros *Gestão de agência de comunicação*, *Fontes de notícias*, *Mídia training*, *Jornalista a serviço das fontes*, *Manual de jornalismo* e *Manual da comunicação organizacional*.